

Canal Energia – 08/02/2012

Potencial de redução de emissões do setor elétrico é baixo e iniciativas são caras, constata Acende Brasil

Setor elétrico é responsável por 1,2% das emissões totais do país, enquanto desmatamento, agricultura e pecuária respondem por 79,6% das emissões

Um estudo elaborado pelo **Instituto Acende Brasil** aponta que o potencial de redução de emissões do setor elétrico é baixo e as iniciativas para proporcionar essa redução custam caro, quando comparado com outros segmentos responsáveis pela maior parte das emissões de gases do efeito estufa no país. Segundo o white paper Mudanças Climáticas e o Setor Elétrico, elaborado pelo **Instituto Acende Brasil**, para 2030 o potencial de redução de emissões, caso as ações sejam focadas no setor, é de 0,4%, consideradas ações que custem até R\$ 60 por tonelada de gás carbônico equivalente evitada, um valor sete vezes superior ao custo para evitar a emissão de uma tonelada de CO₂ decorrente de desmatamento ilegal.

Ainda de acordo com o documento, o maior potencial de redução é na Mudança do Uso da Terra. "Isso significa que é essencial priorizar o combate ao desmatamento ilegal", afirma o estudo. O custo para evitar a emissão de uma tonelada de gás carbônico equivalente decorrente de desmatamento ilegal é de R\$ 8. Se todos os investimentos no Brasil forem feitos nessa direção, ainda segundo o estudo, em 2030 as emissões brasileiras serão reduzidas em 57%, valor 30% menor do que o valor de 2005. "Esta diferença na relação custo-benefício precisa ser considerada pelos formuladores de políticas públicas", avalia o presidente do **Instituto Acende Brasil, Claudio Sales**.

Isso porque, embora o Brasil seja a sétima maior economia do mundo e o terceiro maior emissor - atrás apenas de Estados Unidos e China -, predominam no país emissões decorrentes do desmatamento, agricultura e pecuária, que responderam por 79,6% das emissões totais em 2005; do setor de transportes, responsável por 6,1% das emissões; e de Processos Industriais, com 3,6%. Além disso, diferentemente dos países industrializados, onde a energia elétrica é responsável por 28% do total das emissões, no Brasil, a geração de energia elétrica é responsável por apenas 1,2% das emissões de GEEs brasileiras. A previsão para 2030 é de que as emissões cresçam, mas não ultrapassem 3,2% das emissões totais.

"O Brasil como país está num preocupante 3º lugar no ranking dos maiores emissores de gases do efeito estufa. Há pouco tempo, era o quarto ou o quinto. Desse total de gases que o Brasil emite, 1,2% é proveniente do setor elétrico. Se não tivéssemos mais nada de energia no país, o custo para a sociedade seria infinito e só se reduziria 1,2% das emissões", analisa **Sales** em entrevista à Agência CanalEnergia.

O estudo afirma ainda que, apesar da matriz energética brasileira ser considerada limpa, na medida em que a participação de fontes renováveis é relevante, o aumento relativo das emissões do setor elétrico justifica a preocupação e a definição de ações que estabilizem as emissões, sempre considerando a segurança do sistema e os impactos sobre o meio ambiente e a sociedade. Estes devem ser objetivos permanentes do governo e dos leilões regulados de energia elétrica.

"Entretanto, quando se dispõe de recursos limitados para a redução das emissões de gases de efeito estufa, o esforço deve ser concentrado nos setores onde, com menor investimento, é possível obter os melhores resultados. No caso do Brasil, é evidente que o esforço deve ser concentrado na rubrica Mudanças no Uso da Terra, com foco no combate ao desmatamento ilegal", avalia **Sales**. De acordo com ele, outro setor que pode ter suas emissões reduzidas é o de transportes, responsável por 6,1% das emissões, mas que passará a ser responsável por 9,9% do total em 2030.

Além disso, o documento alerta para que as políticas públicas voltadas à redução das emissões de GEEs precisam evitar modelos e premissas internacionais que não se adequem à nossa realidade e ao nosso perfil de emissões. Dessa forma, a melhor contribuição que o Brasil dará para enfrentar os desafios das mudanças climáticas requer diagnósticos objetivos e que enderecem os setores que respondem pelas maiores emissões, sempre em busca das ações de melhor relação custo-benefício. "Simplesmente transplantar para o Brasil políticas públicas inspiradas na realidade de outros países seria por definição errado", afirma **Sales**. Para ler o estudo na íntegra, clique aqui.